

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Renova Energia encerra o ano de 2012 como o mais relevante de sua história. Os resultados do período demonstraram o acerto da estratégia de crescimento da Companhia, que comprovou a sua capacidade de execução com eficiência operacional e disciplina financeira, entregando o Alto Sertão I, maior complexo eólico da América Latina, dentro do orçamento previsto.

Dessa forma, a Companhia passou a ter 28% do seu portfólio contratado em operação, dos quais 88% são parques eólicos. A entrega do Alto Sertão I, permitiu o início de faturamento nos termos dos Contratos de Energia de Reserva (CERs), resultando em um crescimento de 216,4% na receita operacional líquida da Companhia durante o período.

Com o domínio do processo de implementação, logística e licenciamento da região, a Companhia segue confiante para entrega do Alto Sertão II, que totaliza 386,2 MW na mesma região. O Alto Sertão II é composto por quinze parques eólicos comercializados no LER 2010 e A-3 2011 com 167,7 MW e 218,4 MW para entrega em setembro de 2013 e março de 2014, respectivamente. Os parques já tiveram financiamentos enquadrados no BNDES e iniciaram as obras em novembro 2012. A Renova contou também com a chegada de um parceiro estratégico em sua base de acionistas, a BNDESPAR, que investiu R\$260,7 milhões na Companhia ao tomar parte do aumento de capital no valor total de R\$314,7 milhões, detendo atualmente 12,1% do capital social. Com a chegada da BNDESPAR na Companhia, a Renova fortaleceu ainda mais sua posição no setor de geração de energia renovável, trazendo para o seu lado uma das principais instituições financeiras do país, com expertise em projetos de infraestrutura e dedicação ao desenvolvimento de fontes renováveis. A BNDESPAR indicará, na próxima assembleia geral da Companhia, um membro para o Conselho de Administração.

A Companhia destaca ainda, a comercialização de 138,4 MW de capacidade instalada em energia eólica no ano de 2012 nos ambientes de comercialização livre e regulado. Com as referidas comercializações, a Companhia segue líder no mercado de energia eólica brasileiro, com 1.218,9 MW de capacidade instalada contratada. Adicionalmente, visando à continuidade do seu plano de crescimento, a Companhia firmou um memorando de entendimentos com a Alstom, líder global em equipamentos de geração e transmissão de energia, que dará início a uma das maiores parcerias no mercado mundial de aerogeradores 'onshore'. O montante da operação é de mais de 1 bilhão e envolve o fornecimento de aproximadamente 440 aerogeradores. Acompanhamos de perto a aprovação do Projeto de Lei de Conversão 30/2012, referente a MP 579, que não trouxe impactos diretos para a Companhia. Os ativos de geração da Renova estão sob o regime de autorizações, obtidas já no novo entorno regulatório que entrou em vigor a partir de 2004. Tratam-se de autorizações novas, ao passo que o Projeto de Lei de Conversão 30/2012 regula concessões antigas. Continuaremos atentos aos impactos e oportunidades que tais medidas possam trazer ao nosso setor de atuação.

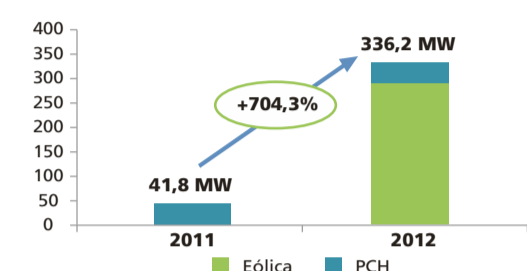
A Companhia segue confiante na sua estratégia de desenvolver projetos de forma integrada, desde a prospecção até a operação, com responsabilidade socioambiental e comprometimento com o desenvolvimento sustentável do país.

1. DESTAQUES:

1.1. Alto Sertão I: Início de faturamento nos termos dos Contratos de Energia de Reserva (CERs), resultando em um crescimento de 216,4% na receita operacional líquida da Companhia durante o período.

Em 1 de julho de 2012 a Companhia entregou o Alto Sertão I, maior complexo eólico da América Latina, composto por quatorze parques eólicos, com 184 aerogeradores de modelo 1,6 XLE da GE, com 1,6 MW de potência nominal, torre de 80 metros de altura e rotor de 82,5 metros de diâmetro. Em outubro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou os despachos atestando que os quatorze parques do complexo eólico Alto Sertão I estão aptos a operar, com os quais a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) iniciou os pagamentos à Companhia nos termos dos CERs. Com a entrega do Alto Sertão I, a Companhia fechou o ano de 2012 com 336,2 MW operacionais comparados com 41,8 MW em 2011, representando um aumento de 704,3%. A receita operacional líquida no exercício de 2012 foi de R\$115.639, representando um aumento de 216,4%, quando comparado aos R\$36.553 de 2011.

Capacidade Instalada Operacional



Complexo Eólico Alto Sertão I.

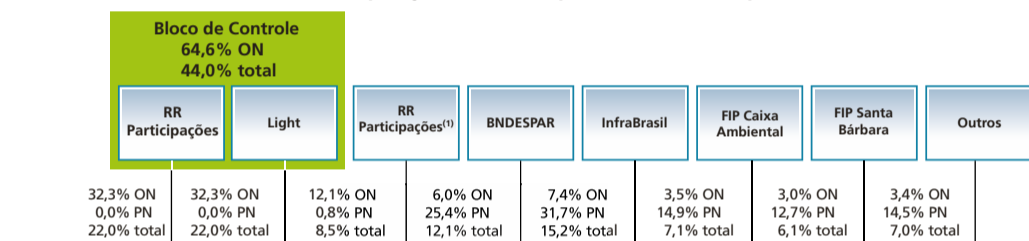
1.2. Investimento da BNDESPAR no capital social da Renova, por meio de um aumento de capital de R\$314,7 milhões, fortalecendo a base de acionistas e estrutura de capital da Companhia.

Em outubro de 2012 ocorreu a homologação do aumento de capital social da Companhia, e foi concluída a operação de investimento da BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR") na Renova. O aumento de capital foi fechado ao preço de R\$9,3334 por ação ordinária ou preferencial, equivalente a um valor de R\$28.0002 por unit. O aumento de capital total foi de R\$314,7 milhões e a BNDESPAR aportou 82,8% do total, ou seja, R\$260,7 milhões.

Os recursos do investimento são destinados a apoiar a implantação do plano de negócios da Companhia, que se refere a projetos já em desenvolvimento, bem como a futuros projetos em energia eólica, solar ou em pequenas centrais hidrelétricas. Além da contribuição ao capital social, a Companhia conta também com a expertise da BNDESPAR em estruturação de projetos de infraestrutura, entendimento das fontes renováveis e seu firme apoio aos investimentos sustentáveis.

A BNDESPAR indicará um membro para o conselho de Administração da Companhia na próxima assembleia geral da Companhia.

Composição acionária após aumento de capital:



Data-base: 31/12/2012
(1) Ações da RR Participações fora do bloco de controle.

1.3. Formalização de uma parceria com a Alstom, por meio de um memorando de entendimentos, para o fornecimento de equipamentos totalizando 1,2 GW em energia eólica.

Em 4 de fevereiro de 2013 foi firmado o memorando de entendimentos entre a Companhia e a Alstom. O acordo envolve o fornecimento de aproximadamente 440 aerogeradores, com início de operação previsto para setembro de 2015, equivalentes a uma capacidade instalada de 1,2 GW e investimentos de aproximadamente 1 bilhão, além dos serviços de operação e manutenção e fornecimento de peças sobressalentes.

A parceria com a Alstom visa à execução do plano de crescimento da Companhia com a implementação dos seus próximos projetos, equivalentes a 538,4 MW, a serem entregues entre 2015-2017, além do compromisso de fornecimento de longo prazo com uma tecnologia adequada às características da região e preços diferenciados. A parceria foi iniciada com um alinhamento estratégico para o desenvolvimento da tecnologia mais adequada aos parques da Renova, bem como pela busca do melhor aproveitamento do portfólio da empresa. Por meio da interação entre as equipes serão desenvolvidas soluções customizadas para condições específicas da região tais como velocidade do vento, turbulência e características do solo, fortalecendo a troca de conhecimento técnico entre as empresas.

Os aerogeradores serão fabricados na unidade da Alstom em Camaçari, no estado da Bahia, com capacidade para fabricar aerogeradores com 600 MW de capacidade instalada por ano, com o início de atividades ainda no primeiro semestre de 2013. Adicionalmente, o memorando garante o compromisso da Alstom para estabelecer um cluster eólico na Bahia para a produção dos principais componentes das turbinas. Mais próximas dos nossos parques, estas fábricas permitirão grande redução dos custos de logística dos projetos e dos riscos associados ao transporte de equipamentos.

Dessa forma, a Renova pretende ganhar eficiência na implementação dos seus parques, aumentando a sua competitividade no segmento de energia eólica.

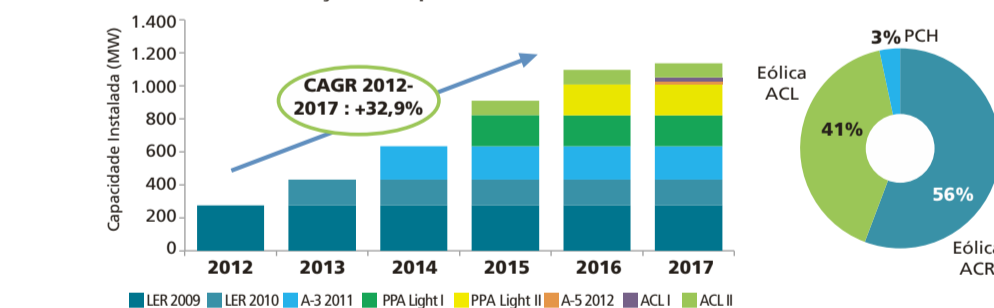
1.4. Comercialização de 10,6 MW médios de energia eólica no leilão de energia nova A-5 de 2012 e 61 MW médios no mercado livre de energia.

A Renova comercializou no leilão de energia nova A-5 ocorrido em 14 de dezembro de 2012, 10,6 MW médios de energia a ser gerada pelo parque eólico São Salvador, localizado no interior da Bahia.

Os contratos decorrentes desta comercialização serão celebrados com as distribuidoras de energia elétrica que declararam necessidade junto ao Ministério de Minas e Energia - MME. A vigência dos contratos será de 20 anos, tendo início de suprimento de energia em janeiro de 2017. Os lotes foram vendidos ao valor de ICB de R\$88,68 por MWh, que acrescidos da CEC de R\$1,39 totalizam R\$90,07 por MWh, e são reajustados pelo IPCA a partir de janeiro de 2013. Considerando os lotes vendidos no leilão, a receita bruta anual estimada desses contratos ao preço atual seria de aproximadamente R\$8,0 milhões.

A Renova aumentou também seu portfólio de energia eólica contratado no mercado livre, por meio de contrato de venda de 61,0 MW médios. Com as vendas efetuadas no mercado livre a Renova fechou 2012 com 1.218,9 MW contratados para entrega até 2017, conforme cronograma abaixo.

Evolução da capacidade instalada contratada da Renova:



1.5. Início de operação da primeira planta solar da Companhia, no modelo de geração distribuída, com capacidade instalada de 25,65 kWp em Goiás.

Em 20 de fevereiro de 2013, teve início a operação da primeira planta solar da Companhia, no modelo de geração distribuída, com capacidade instalada 25,65kWp em Goiás.

A planta solar irá abastecer as operações da mineradora de ouro Yamana Gold e permitirá à mineradora gerar energia elétrica para o próprio abastecimento utilizando módulos fotovoltaicos com tecnologia silício monocristalino. A Yamana Gold está localizada na cidade de Pilar de Goiás, aproximadamente 250 km de Goiânia, local onde está situada a unidade abastecida com energia solar.

O projeto é estratégico para a Companhia, que vem investindo na fonte solar e já tem outros projetos em desenvolvimento, além de evidenciar a viabilidade comercial no modelo de geração distribuída. A Renova possui uma equipe dedicada ao desenvolvimento de novas tecnologias e aposta que a energia solar tende a tornar-se cada vez mais viável, na medida em que recebe incentivos e que sua cadeia produtiva se desenvolve, a exemplo do que aconteceu com a fonte eólica em 2009.

1.6. Alto Sertão II: (i) Assinatura dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) dos nove parques que comercializarão energia no leilão A-3 2011; (ii) Início da concretagem das bases dos aerogeradores dos parques que venderam energia no LER 2010; (iii) Enquadramento dos quinze projetos que compõem o Alto Sertão II com 386,1 MW de capacidade instalada para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES; (iv) Contratação de empréstimo ponte no valor total de R\$300,000 mil junto ao BNDES.

Durante o ano de 2012, as SPES detentoras dos nove parques eólicos que comercializarão energia no A-3 2011 assinaram junto às distribuidoras os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), que têm prazo de suprimento de 19 anos e 10 meses.

Em janeiro de 2013 a Companhia iniciou a concretagem das bases dos aerogeradores dos seis parques eólicos que comercializarão energia no LER 2010, dentro do cronograma inicial com previsão para entrega em 1 de setembro de 2013 conforme previsto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Os parques eólicos do LER 2010, em conjunto com os parques eólicos do A-3 2011 formam o complexo eólico Alto Sertão II, que tem 386,1 MW de capacidade instalada e está localizado no interior da Bahia, na mesma região onde a Companhia possui o complexo eólico Alto Sertão I.

Ainda em 2012, em 10 de abril, foram enquadrados os quinze parques eólicos contratados no LER 2010 e A-3 de 2011 para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES.

Adicionalmente referente aos projetos do Alto Sertão II, foram celebrados contratos de empréstimo ponte entre o BNDES e as sociedades de propósitos específicos (SPES), representando o valor total de R\$300,000 mil, têm vigência de 180 dias e o primeiro desembolso, no valor de R\$150,000 mil, ocorreu em 27 de dezembro de 2012. Os recursos serão utilizados na implementação dos parques eólicos do Alto Sertão II.

1.7. Divulgação do potencial eólico medido, de 1 de julho a 31 de dezembro de 2012, dos 14 parques eólicos que compõem o Alto Sertão I, de acordo com as estimativas previstas.

Com objetivo de manter a transparência e permitir o monitoramento dos seus parques eólicos, a Companhia apresentou ao mercado a avaliação do potencial eólico medido, dos 14 parques eólicos que comercializarão energia no leilão de reserva de 2009 ("LER 2009") e concluíram construção em 28 de junho de 2012.

O potencial eólico medido é uma estimativa de produção de energia durante o referido período, baseada nos dados de velocidade de vento das 14 torres anemométricas respectivas aos 14 parques eólicos do Complexo Alto Sertão I.

O potencial eólico medido dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão I foi de 746 GWh nos primeiros seis meses desde sua conclusão, equivalente a 67% da energia anual vendida de 1.113 GWh e a 59% do potencial eólico anual dos parques de 1.274 GWh.

O fator de capacidade médio sazonalizado no período foi de 54,4%, em linha com valores previstos pela certificação P50 de 54,8% e 17% maior quando comparado à estimativa P90.

Gráfico I

**Complexo Eólico Alto Sertão I
Evolução do potencial eólico medido acumulado**

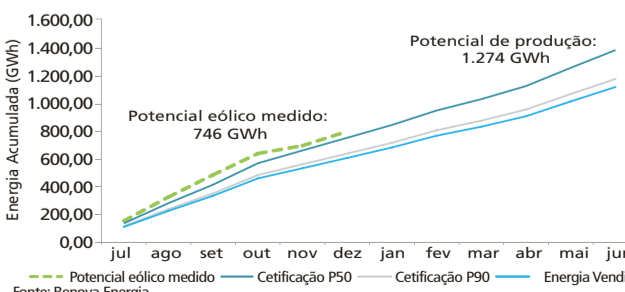
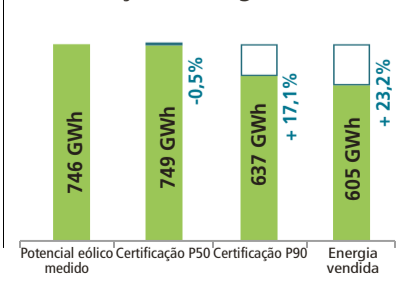


Gráfico II

Potencial eólico medido acumulado vs. certificações e energia contratada



1.9. Crédito de Carbono: Evolução dos projetos de créditos de carbono para os parques eólicos do Alto Sertão I e Alto Sertão II.

Alto Sertão I: Os parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009 foram divididos em dois grupos, originando dois PDDs (Project Design Documents), onde um deles já foi registrado junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e o outro está aguardando registro.

Alto Sertão II: (i) O PDD referente aos seis parques eólicos que comercializaram energia no LER 2010 está aguardando o registro junto à ONU e (ii) O PDD referente aos nove parques eólicos que comercializaram energia no A-3 2011 está em fase de validação.

1.10. Programa Social Catavento: Investimento social planejado essencial na consolidação do desenvolvimento sustentável da Renova.

Em 22 de maio de 2012 foi lançado o Programa Social Catavento ("Catavento"), que agrupa projetos sustentáveis e de desenvolvimento socioambiental para o Alto Sertão baiano.

O Catavento constitui uma oportunidade por meio da qual a Renova pretende realizar investimento social focado em resultados e em sinergia com os seus negócios. A Companhia entende que estas ações, tanto quanto à implantação de projetos de geração de energia elétrica, são essenciais para a consolidação do desenvolvimento sustentável.

As iniciativas foram classificadas de acordo com os impactos dos seus objetivos, que podem ocorrer na área social, econômica, meio ambiente, bens e patrimônios materiais ou imateriais, desenvolvimento e infraestrutura.

O quadro a seguir ilustra o resultado do Programa Social Catavento:



1.11. Lançamento do Primeiro Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Em 8 de agosto de 2012, foi lançado o primeiro Relatório de Sustentabilidade da Renova. O lançamento ocorreu no Sustenta2012, evento que propiciou apresentações e discussões de temas relacionados com o desenvolvimento sustentável no ambiente urbano. No Sustenta2012, a Renova apresentou o case destacando a atuação da Companhia em projetos de responsabilidade socioambiental no entorno da região onde foi implantado o complexo eólico Alto Sertão I com a palestra "O vento a favor do desenvolvimento territorial".

Para maiores informações sobre o Relatório de Sustentabilidade da Companhia, acesse: <http://www.renovaenergia.com.br/pr-br/sustentabilidade/relatorio2011/Paginas/default.aspx>.

2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	4T12	4T11	Variação	2012	2011	Variação
Receita operacional bruta	42.242	9.850	328,9%	120.078	37.938	216,5%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	(1.598)	(360)	343,9%	(4.439)	(1.385)	220,5%
Receita operacional líquida (ROL)	40.644	9.490	328,3%	115.639	36.553	216,4%
Custos não gerenciais	(2.421)	(294)	723,5%	(5.480)	(1.155)	374,5%
Custos gerenciais	(3.962)	(1.104)	258,9%	(10.396)	(4.068)	155,6%
Depreciação	(13.164)	(1.417)	829,0%	(32.942)	(5.667)	481,3%
Lucro operacional	21.097	6.675	216,1%	66.821	25.663	160,4%
Despesas administrativas	(20.000)	(23.623)	-15,3%	(41.870)	(37.563)	11,5%
Depreciação administrativa	(225)	(310)	-27,4%	(781)	(1.190)	-34,4%
Outras Despesas	(612)	(1.109)	-44,8%	(1.487)	(1.466)	1,4%
Recitas/Despesas Financeiras	(16.749)	7.375	-327,1%	(22.571)	5.168	-536,7%
IR e CS	(1.884)	(835)	125,6%	(6.129)	(2.673)	129,3%
Lucro (prejuízo) líquido	(18.373)	(11.827)	55,3%	(6.017)	(12.061)	-50,1%
Margem líquida	-45,20%	-124,63%	79,43 p.p.	-5,20%	-33,00%	27,8 p.p.
Energia vendida (MW hora)	334.238	56.108	495,7%	780.694	224.434	247,9%
Número de empregados	182	111	63,9%	182	111	63,9%

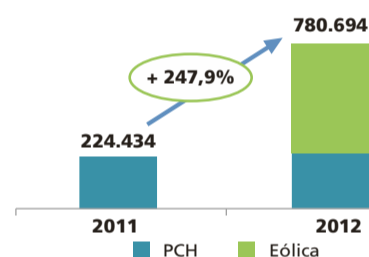
(1) Os valores apresentados no exercício de 2011 representam as Demonstrações Financeiras representadas pela Companhia em 15/03/2013.

2.1. Receita operacional líquida.

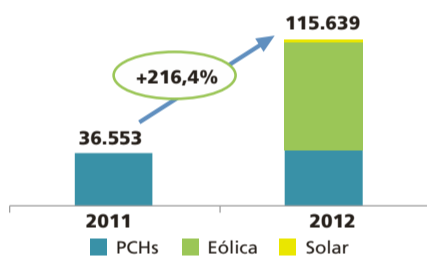
No ano de 2012, a Companhia apresentou uma receita operacional líquida de R\$115.639 mil, 216,4% superior em comparação ao ano anterior. Esse desempenho deve-se principalmente ao início de faturamento do Alto Sertão I, que foi autorizado pela ANEEL conforme publicação dos despachos atestando que os quatorze parques estão aptos a operar. Dessa forma a Companhia totalizou um volume de energia vendida de 780.694 MWh, um aumento de 247,9% se comparado ao montante de energia vendida no ano anterior.

No mesmo período, a Companhia apurou EBITDA de R\$57.893 mil, comparado com R\$-6.233 no ano anterior, refletindo também o aumento no montante de energia vendida. A energia eólica representou 89% do EBITDA no período.

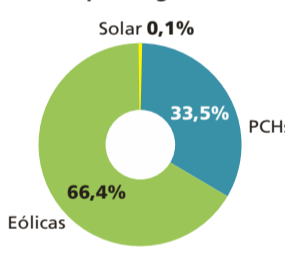
Energia Vendida (MWh)



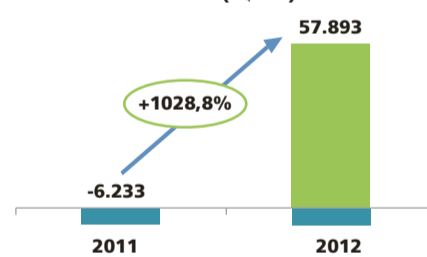
ROL (R\$mil)



ROL por Segmento



EBITDA (R\$mil)



2.2. Custos consolidados.

Separamos os custos de produção de energia em gerenciais e não gerenciais. Custos não gerenciais correspondem (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as PCHs se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao uso da linha de transmissão e subestações nas quais os parques eólicos se conectam; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às controladas Energia Serra da Prata, Centrais Eólicas Alvorada, Candilba, Guanambi, Guirapá, Igaporá, Ilhéus, Licínio de Almeida, Pajeú do Vento, Pindai, Planaltina, Porto Seguro, Rio Verde, Serra do Salto e Nossa Senhora da Conceição.

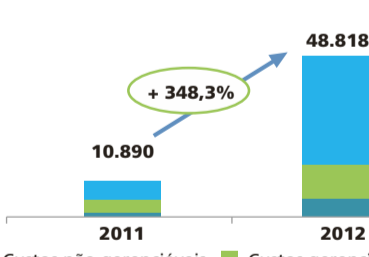
A variação de 374,5% em comparação com o período anterior é principalmente referente aos quatorze parques eólicos do complexo Alto Sertão I que receberam os despachos da ANEEL atestando que os mesmos estão aptos a operar e autorizando o início de faturamento pela CCEE.

Custos gerenciais correspondem às atividades de operação e manutenção das usinas Cancheira da Lixa, Colino 2, da Central Energética Serra da Prata S.A. e às atividades de manutenção dos parques eólicos Alvorada, Candilba, Guanambi, Guirapá, Ilhéus, Licínio de Almeida, Pajeú do Vento, Pindai, Planaltina, Porto Seguro, Rio Verde, Serra do Salto e Nossa Senhora da Conceição.

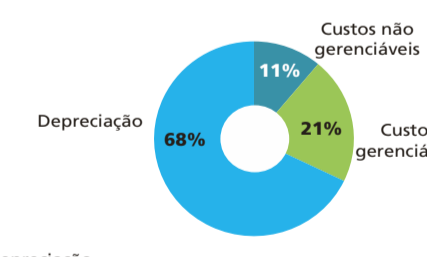
A variação de 155,6% em comparação com o mesmo período no ano anterior se deve principalmente a serviços de manutenção dos quatorze parques eólicos que compõem o Alto Sertão I, que tiveram sua construção finalizada em 1 de julho de 2012.

O aumento de 481,3% na depreciação é referente aos equipamentos dos quatorze parques eólicos que compõem o Alto Sertão I, que tiveram instalação concluída em 1 de julho de 2012.

Custos Consolidados



Custos Operacionais



2.3. Despesas administrativas consolidadas

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	4T12	4T11	Var. %	2012	2011	Var. %
Pessoal e Administração	2.469	1.747	41,3%	8.125	6.237	30,3%
Despesa reconhecida referente a pagamentos baseados em ações	2.025	14.633	-86,2%	2.025	14.633	-86,2%
Serviços de Terceiros	12.024	4.536	165,1%	21.959	9.838	123,2

* continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com Aluguéis e arrendamentos diminuíram 68,3% quando comparadas ao mesmo período no exercício anterior devido aos pagamentos de arrendamento de terra dos parques eólicos do Alto Sertão I que passaram a ser contabilizados como custo operacional em 01 de julho de 2012.

As despesas com Viagens a Investimentos 106,1% em relação ao período anterior devido a investimentos em prospecção de novos projetos e viagens relacionadas à área de Relações com Investidores.

A linha de Outras Despesas Administrativas representa os custos envolvidos com fretes e seguros, despesas relacionadas a programas sociais voltados a comunidades que atuamos, além de despesas não recorrentes.

2.4. Resultado financeiro consolidado

Renova Energia S.A						
(Valores em R\$ mil)						
	Consolidado					
	4T12	4T11	Var. %	2012	2011	Var. %
Receitas Financeiras	9.412	10.397	-9,5%	27.423	20.078	36,6%
Rendimentos Aplicações Financeiras	9.401	10.297	-8,7%	26.126	19.905	31,3%
Outras receitas financeiras	11	100	-89,0%	1.297	173	649,7%
Despesas Financeiras	(26.161)	(3.022)	765,7%	(49.994)	(14.910)	235,5%
Encargos de Dívida	(24.479)	(2.753)	789,2%	(46.781)	(13.788)	239,3%
Outras despesas financeiras	(1.682)	(269)	525,3%	(3.213)	(1.122)	186,4%
Resultado Financeiro	(16.749)	7.375	-327,1%	(22.571)	5.168	-536,7%

O resultado financeiro líquido consolidado no ano de 2012 foi negativo em R\$22.571 mil. A variação, quando comparada com o ano anterior refere-se especialmente aos encargos de dívida referentes ao financiamento dos projetos eólicos do LER 2009, que antes do início do faturamento eram capitalizados.

2.5. Análise dos principais indicadores econômicos e financeiros

Balanco Patrimonial							
Valores em R\$							
Ativo Consolidado	Consolidado		Controladora		Passivo Consolidado	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011
Circulante	669.298	411.830	421.910	272.930	Circulante	370.299	178.683
Disponibilidade	608.122	389.846	384.006	254.459	Empréstimos e Financiamentos	198.201	155.345
Clientes	21.309	5.152	157	-	Fornecedores	159.391	19.566
Outros	39.867	16.832	37.747	18.471	Outros	12.707	3.772
Não Circulante	2.008.741	1.202.751	897.252	578.387	Não Circulante	1.316.343	753.944
Cauções e Depósitos	82.791	11.875	451	449	Empréstimos e Financiamentos	1.000.126	753.870
Partes Relacionadas	-	244	70.264	25.473	Partes Relacionadas	-	12.562
Outros	977	25	46	-	Debêntures	305.195	-
					Outros	11.022	74
					Patrimônio Líquido	991.397	681.954
Investimentos	70	70	760.089	499.849	Capital Social	981.445	668.547
Imobilizado em serviço	1.507.775	196.337	13.028	7.980	Reserva de Capital	52.275	49.713
Imobilizado em curso	417.128	994.200	53.374	44.636	Prejuízos Acumulados	(42.323)	(36.306)
Ativo Total	2.678.039	1.614.581	1.319.162	851.317	Passivo Total	2.678.039	1.614.581

2.5.1. Principais variações do ativo circulante e passivo circulante consolidados no período.

O aumento de R\$218.276 mil na conta de Disponibilidades representa o desembolso da segunda emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$301.883 mil, o desembolso de R\$150.000 mil referente ao empréstimo ponte contratado junto ao BNDES de R\$300.000 mil, e a quitação das notas promissórias com o Votorantim no valor de R\$154.857 mil.

O aumento de R\$16.157 mil na conta de Clientes é principalmente devido ao início de faturamento a ser pago pela CCEE, referente aos 14 parques do Alto Sertão I. O aumento de R\$42.856 mil na conta de Empréstimos e Financiamentos no circulante foi devido ao componente de curto prazo do empréstimo com BNDES relacionado aos parques do Alto Sertão I. Também estão incluídos nessa conta os itens mencionados na linha de Disponibilidades.

2.5.2. Principais variações do ativo não circulante consolidado no período.

O aumento de R\$70.916 mil na conta de Cauções e Depósitos refere-se basicamente as aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remuneradas a 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Conforme o quadro abaixo, observamos a evolução dos investimentos consolidados em nossos projetos eólicos em construção e em nossos portfólios eólicos e de PCHs. Dentre os investimentos incorridos estão: compra de aerogeradores, obras civis, subestações e linhas de transmissão.

Evolução do Investimento em Imobilizado em Serviço			
(Valores em R\$ mil)	31/12/2012	31/12/2011	Var. %
Parques Eólicos	1.311.450	-	-
Energia Eólica - Torres de Medição	6.425	2.528	154,2%
PCHs	183.270	188.322	-2,7%
Administrativo	6.630	5.487	20,8%
Total	1.507.775	196.337	668,0%

Evolução do Investimento em Imobilizado em Curso			
(Valores em R\$ mil)	31/12/2012	31/12/2011	Var. %
Parques Eólicos	389.581	967.796	-59,75%
Inventários PCHs	14.909	14.262	4,54%
Projetos Básicos PCHs	12.638	12.142	4,08%
Total	417.128	994.200	-58,04%

Balancos patrimoniais - Exercício findos em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota explicativa	Consolidado			Controladora		
		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	608.122	389.846	18.569	384.006	254.459	
Contas a receber de clientes	8	21.309	5.152	3.918	157	-	
Impostos a recuperar	9	7.095	1.512	1.274	6.636	1.118	
Adiantamentos a fornecedores	10	4.310	13.479	121.059	2.746	4.701	
Pagamentos antecipados		2.144	1.408	576	178	110	
Cauções e depósitos vinculados	11	25.403	40	59	40	59	
Dividendos a receber		-	-	-	27.231	11.921	
Outros créditos		915	393	105	916	392	
Total do ativo circulante		669.298	411.830	145.560	421.910	272.930	
Não circulante							
Partes relacionadas							
Mútuo com controladas	26	-	244	164	-	244	
Mútuo com controladores	26	-	-	-	-	-	
Títulos de capitalização		25	25	25	-	-	
Cauções e depósitos vinculados	11	82.791	11.875	12.019	451	449	
Impostos diferidos	12	906	-	-	-	-	
Ágio	13	119.272	119.272	119.272	119.272	119.272	
(-) Provisão do ágio no momento da incorporação	13	(119.272)	(119.272)	(119.272)	(119.272)	(119.272)	
Outros créditos		46	-	-	46	-	
Investimentos	14	-	70	70	760.029	499.789	
Outros investimentos	15	70	70	70	60	60	
Imobilizado em serviço	15	1.507.775	196.337	196.310	13.028	7.980	
Imobilizado em curso	15	417.128	994.200	77.390	53.374	44.636	
Total do ativo não circulante		2.008.741	1.202.751	285.978	578.387	171.872	
Total do Ativo		2.678.039	1.614.581	431.538	1.319.162	301.417	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional líquida	22	115.639	36.553	141	-
Custos dos serviços	23				
Depreciação e amortização		(32.942)	(5.667)	(1.315)	-
Custo de operação		(10.396)	(4.068)	(97)	-
Encargos de uso do sistema de distribuição		(5.480)	(1.155)	-	-
Total		(48.818)	(10.890)	(1.412)	-
Lucro (prejuízo) bruto		66.821	25.663	(1.271)	-
(Despesas) receitas operacionais	23				
Gerais e administrativas		(41.870)	(37.563)	(38.976)	(34.453)
Depreciações		(781)	(1.190)	(774)	(1.183)
Outras despesas		(1.487)	(1.466)	(1.144)	(1.339)
Resultado de equivalência patrimonial	14	-	-	20.648	10.968
Total		(44.138)	(40.219)	(20.246)	(26.007)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		22.683	(14.556)	(21.517)	(26.007)
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		27.423	20.078	21.472	16.807
Despesas financeiras		(49.994)	(14.910)	(7.486)	(4.373)
Total		(22.571)	5.168	13.986	12.434
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		112	(9.388)	(7.531)	(13.573)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	(6.479)	(2.673)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		350	-	-	-
Total		(6.129)	(2.673)	-	-
Prejuízo do exercício		(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)
Prejuízo por ação (expressos em reais - R\$):	28				
Básico		(0,03)	(0,07)	(0,04)	(0,08)
Diluído		(0,03)	(0,07)	(0,04)	(0,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo do exercício	(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

O aumento de R\$1.311.438 mil na conta do Imobilizado em Serviço é representado por: (i) R\$937.750 mil devido a conclusão da montagem e instalação dos projetos eólicos que comercializaram energia no LER 2009, evento que reflete na redução de R\$547.026 mil na conta do Imobilizado em curso e (ii) R\$373.688 referente a compra de equipamentos contabilizados diretamente na conta de Imobilizado em Serviço.

2.5.3. Financiamentos.

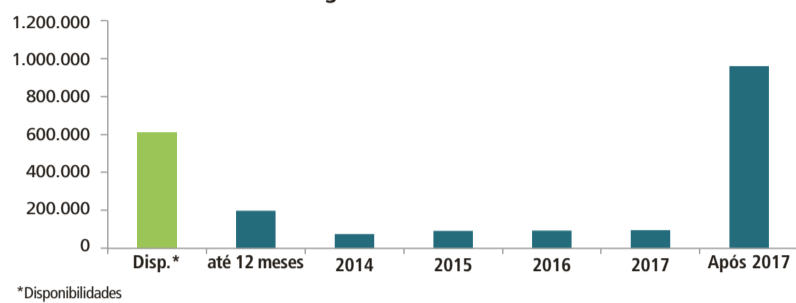
A conta de Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazos com instituições financeiras encerrou o período no valor de R\$1.515.659 mil, representando principalmente os desembolsos do BNDES para o LER 2009 no valor de R\$884.057 mil. O restante representa (i) o financiamento contratado junto ao BNB através de nossa subsidiária ESPRA no valor de R\$108.607 mil, (ii) o empréstimo ponte junto ao BNDES no valor de R\$150.270 mil, (iii) as debêntures no valor de R\$307.257 mil e (iv) juros de captação da operação no valor de R\$12.137 mil.

O valor total dos Empréstimos e Financiamentos e o detalhamento dos vencimentos das parcelas estão demonstrados no quadro a seguir:

Ano de Vencimento:	R\$
até 12 meses	198.201
2014	75.516
2015	92.262
2016	93.665
2017	96.115
Após 2017	959.900
Total⁽¹⁾	1.515.659

(1) O total representa o valor contabilizado e juros gerados além do custo de captação das operações.

Cronograma de Vencimentos

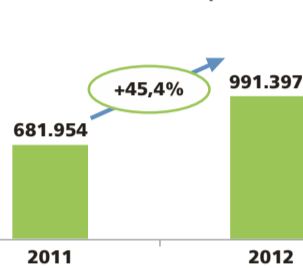


*Disponibilidades

2.5.4. Patrimônio líquido consolidado.

A conta de Patrimônio líquido consolidado atingiu R\$991.397 mil, representando um aumento de 45,4% em relação ao período anterior, relacionado principalmente ao aumento de capital de R\$314.700 mil deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia.

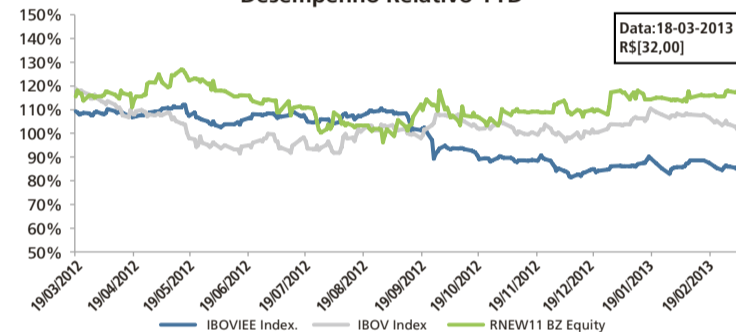
Patrimônio líquido



2.6. Desempenho da RNEW11 na BM&FBOVESPA.

Segue abaixo o desempenho relativo de 12 meses da RNEW11 em comparação com o índice Bovespa e Índice de Energia Elétrica.

Desempenho Relativo YTD



Fonte: Bloomberg

Com as ferramentas do nosso website e do relacionamento constante com acionistas e potenciais investidores em eventos públicos e eventos organizados por bancos de investimento, a área de Relação com Investidores da Renova busca atuar de maneira transparente junto ao mercado, atualizando seus investidores do seu posicionamento, seus projetos em desenvolvimento e perspectivas. As informações e publicações da Companhia podem ser acessadas no nosso website (www.renovaenergia.com.br), no qual também ganham destaque as principais notícias no setor que possam impactar nosso plano de negócios.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Consolidado			Controladora		
		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Circulante							
Fornecedores	16	159.391	19.566	8.100	5.615	2.059	
Empréstimos e financiamentos	17	198.201	155.345	7.190	-	150.440	
Impostos a recolher	18	6.439	2.262	1.263	1.999	1.033	
Salários e férias a pagar	19	1.546	1.413	652	1.546	1.413	
Contas a pagar - CCEE/Eletronbras	19	4.714	-	-	-	-	
Outras contas a pagar		8	97	150	21	-	
Total do passivo circulante		370.299	178.683	17.355	9.181	154.945	
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	1.000.126	753.870	125.599	-	-	
Debêntures	17	305.195	-	-	305.195	-	
Contas a pagar - CCEE/Eletronbras	19	10.938	-	-	-	-	

* continuação

Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)		31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)		
Receitas										
Vendas de energia		120.078	37.938	160	–					
Receitas relativas a construção de ativos próprios		49.246	91.234	19.269	21.406		19.095	52.169	18.558	17.089
Insumos adquiridos de terceiros										
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(15.876)	(5.223)	(97)	–					
Material, energia, serviços de terceiros e outros		(32.208)	(15.000)	(28.971)	(13.529)		11.918	5.003	887	98
Valor adicionado bruto		121.240	98.949	(9.639)	7.877		1	–	1	–
Depreciação e amortização	15	(33.723)	(6.857)	(2.089)	(1.183)		2	–	2	–
Valor adicionado líquido gerado		87.517	92.092	(11.728)	6.694					
Valor adicionado recebido em transferência										
Resultado de equivalência patrimonial	14	–	–	20.648	10.968		23	1.852	3.159	1.852
Receitas financeiras	24	27.423	20.078	21.472	16.807		1.859	177	857	699
Prejuízo do exercício		(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)		(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)
Distribuição do valor adicionado		114.940	112.170	30.392	34.469		114.940	112.170	30.392	34.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido Controladora	Reversão de ativo diferido	Total do patrimônio líquido Consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio				
Saldos em 01 de janeiro de 2011		326.515	(13.686)	–	–	(20.476)	292.353	(3.769)	288.584
Aumento do capital social - emissão de ações		376.273	–	–	–	–	376.273	–	376.273
Custos na emissão de ações	21 b	–	(20.555)	–	–	–	(20.555)	–	(20.555)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	26	–	–	49.713	–	–	49.713	–	49.713
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(13.573)	(13.573)	1.512	(12.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)		702.788	(34.241)	49.713	–	(34.049)	684.211	2.257	686.468
Aumento do capital social	21 a	314.769	–	–	–	–	314.769	–	314.769
Custos na emissão de ações	21 b	–	(1.871)	–	–	–	(1.871)	–	(1.871)
Ágio na emissão de ações	21 a	–	–	–	1	–	1	–	1
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	26	–	–	2.561	–	–	2.561	–	2.561
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(7.531)	(7.531)	1.514	(6.017)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.017.557	(36.112)	52.274	1	(41.580)	992.140	(743)	991.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais: A Renova Energia S.A. ("Renova" ou "Companhia" ou "Controladora"), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.753/0001-64, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da BM&Fbovespa ("Bovespa"). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 999, 4º andar - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção e comercialização de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social dessas sociedades. A Companhia possui participação societária nas seguintes controladoras diretas e indiretas, em operação, em fase de construção e pré-operacional em 31 de dezembro de 2012: • **Centrais Elétricas S.A. ("Energias")**, controladora direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. ("Espira"), sediada no Estado da Bahia, a Energias possui participação societária na controladora - Energética Serra da Prata S.A. ("Espira"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras, no âmbito do PROINFRA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. A ESPRA entrou em operação em 2008. • **Nova Renova Energia S.A. ("Nova Renova")**, controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, a Nova Renova possui participação societária nas seguintes controladoras: • **Bahia Eólica Participações S.A. ("Bahia Eólica")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, as sociedades nas quais participam são: • **Centrais Elétricas Pindaré S.A. ("Pindaré")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pindaré, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Igaporá S.A. ("Igaporá")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Igaporá, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Lincínio de Almeida S.A. ("Lincínio de Almeida")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Lincínio de Almeida, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Candiba S.A. ("Candiba")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Candiba, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Ilhéus S.A. ("Ilhéus")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Ilhéus, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Salvador Eólica Participações S.A. ("Salvador Eólica")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, as sociedades nas quais participam são: • **Centrais Elétricas Alvorada S.A. ("Alvorada")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Alvorada, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Pajeú do Vento S.A. ("Pajeú do Vento")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pajeú do Vento, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Planaltina S.A. ("Planaltina")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Planaltina, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Rio Verde S.A. ("Rio Verde")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Rio Verde, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Guirapá S.A. ("Guirapá")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Guirapá, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Nossa Senhora da Conceição S.A. ("Nossa Senhora")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Nossa Senhora da Conceição, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Guanambi S.A. ("Guanambi")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Guanambi, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Porto Seguro S.A. ("Porto Seguro")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Porto Seguro, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Centrais Elétricas Serra do Salto S.A. ("Serra do Salto")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Serra do Salto, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012. • **Renova Eólica Participações S.A. ("Renova Eólica")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, as sociedades nas quais participam são: • **Centrais Elétricas Morrão S.A. ("Morrão")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Morrão, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Ventos do Nordeste, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Tanque S.A. ("Tanque")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Tanque, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Araças S.A. ("Araças")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Araças, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pelourinho, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Ametista S.A. ("Ametista")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Ametista, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Borço S.A. ("Borço")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Borço, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Serra do Espinhaço, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Caetité S.A. ("Caetité")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Caetité, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Dourados S.A. ("Dourados")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Dourados, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Pilões S.A. ("Pilões")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pilões, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Maron S.A. ("Maron")**, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Maron, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção. • **Centrais Elétricas Santana Ltda. ("Santana")**, controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional. • **Centrais Elétricas Arapuaá Ltda. ("Arapuaá")**, controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional. • **Centrais Elétricas Conquista Ltda. ("Conquista")**, controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional. • **Centrais Elétricas Riacho de Santana Ltda. ("Riacho de Santana")**, controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional. • **Centrais Elétricas Bela Vista Ltda. ("Bela Vista")**, controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional. • **Centrais Elétricas Itaparica Ltda. ("Itaparica")**, controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional. • **Renova PCH Ltda. ("Renova PCH")**, controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de geração de energia elétrica através de fonte hídrica. A empresa está em fase pré-operacional. • **Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora")**, controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas. A empresa está em fase pré-operacional. **Medida Provisória nº 579 (MP 579):** Foi publicada no dia 11 de setembro de 2012, a MP 579, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e sobre a redução de encargos setoriais visando a modernidade tarifária. De acordo com a MP 579, as concessões de energia elétrica outorgadas antes da publicação da Lei das Concessões (Lei nº 8.987/95) e não licitadas poderão ser renovadas, uma única vez, por prazo de até trinta anos, desde que os concessionários aceitem remuneração exclusivamente via tarifas para cobertura de custos de operação e manutenção (O&M), encargos, tributos e, quando couber, uso de transmissão e distribuição. Alguns encargos setoriais serão eliminados ou reduzidos, sendo que as utilizações desses encargos serão mantidas por meio de aportes do Tesouro. Os ativos de geração da Companhia não sofrerem nenhum impacto imediato advindo da MP 579 no tocante à prorrogação das concessões, dado que a exploração de nossos ativos de geração de energia elétrica em todas as suas formas, produção e comercialização de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social dessas sociedades. **2. Base de Comparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a) Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Avaliações políticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos, no qual as controladoras são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nos CPCs, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e foram de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme previsto no CPC 43 (R1), o patrimônio líquido e o prejuízo apresentados nas demonstrações financeiras individuais, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, divergem do patrimônio líquido e do prejuízo consolidado, em função: (i) da adoção do método de equivalência patrimonial na avaliação de investimentos em controladas e (ii) da existência de saldo de ativo diferido ainda não amortizado de controlada, também nessas demonstrações. As reconciliações do patrimônio líquido e do lucro (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão apresentadas na nota 2.2. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2013. **2.2 Reconciliação das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS) e da controladora (CPC):** As reconciliações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão demonstradas como segue:

	Patrimônio líquido		Prejuízo do exercício	
	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)
Controladora (CPC)	992.140	684.211	292.353	(7.531)
Baixa do ativo diferido e reversões das respectivas amortizações no resultado	(743)	(2.257)	(3.769)	1.514
Consolidado (IFRS)	991.397	681.954	288.584	(6.017)

Descrição das diferenças entre as políticas contábeis e respectivos ajustes: A principal diferença entre a demonstração financeira consolidada (IFRS) e a demonstração financeira da controladora (CPC), está descrita abaixo: **Ativo diferido:** Para fins das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS), a Administração da Companhia baixa contra prejuízos acumulados na data de transição de 1º de janeiro de 2009 o saldo anteriormente registrado como ativo diferido, enquanto

foi mantido na posição individual (CPC) da controladora indireta Espira, visto que para fins dessas demonstrações financeiras a Administração optou por manter esse saldo até sua realização total por meio de amortização. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Atualmente a Companhia registra provisões para riscos chave relativos a processos administrativos os quais são revisados pelo menos trimestralmente. As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são: • **Imobilizado (nota 15);** • **Provisão para riscos civis, fiscais e trabalhistas (nota 20);** • **Transações com partes relacionadas (nota 26);** • **Instrumentos financeiros (nota 27);** **2.6 Reclassificação e ajustes dos saldos contábeis:** A Companhia revisou as políticas de CPC e verificou que os registros sobre o Plano de Opção de Compra de Ações não refletiam todos os impactos necessários nas demonstrações financeiras consolidada e individuais conforme o Pronunciamento Técnico - CPC 10 (vide nota 26). Desta forma elaborou os cálculos necessários para demonstrar os impactos desse plano durante o exercício de 2011. Como apresentado nos demonstrativos abaixo, esse ajuste resultou no aumento dos saldos registrados no imobilizado em curso, na reserva de capital e no resultado do exercício:

	Consolidado				31/12/2011				Controladora			
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante												
Total do ativo circulante	411.830	–	–	411.830	272.930	–	–	272.930	–	–	–	272.930
Não circulante												
Outros ativos não circulantes	208.551	–	–	208.551	33.962	–	–	33.962	–	–	–	33.962
Investimentos	–	–	–	–	464.709	35.080	–	499.789	–	–	–	499.789
Imobilizado em curso	959.120	35.080	–	994.200	44.636	–	–	44.636	–	–	–	44.636
Total do ativo não circulante	1.167.671	35.080	–	1.202.751	543.307	35.080	–	578.387	–	–	–	578.387
Total do ativo	1.579.501	35.080	–	1.614.581	816.237	35.080	–	851.317	–	–	–	851.317
Passivo Circulante												
Outros passivos circulantes	23.241	–	–	23.241	4.505	–	–	4.505	–	–	–	4.505
Emprestimos e financiamentos	154.314	–	1.031	155.345	149.409	–	1.031	150.440	–	–	–	150.440
Encargos sobre empréstimos	1.031	–	(1.031)									

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue: a) custo amortizado; pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição de valor é revertida no resultado. b) Disponíveis para venda: perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares é reconhecida e amortizada do principal e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado. **b) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **c) Imobilizado (nota 15):** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição corrigido pelo efeito de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer custos de risco similares para colocar o ativo no local e condição necessária para esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidas das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, que altera as tabelas e o XVII do Manual de Controle Patrimonial do Setor elétrico de energia, com a Resolução Normativa nº 363/12, que altera as taxas de depreciação refletidas em vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados. Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos. **d) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que é a taxa de mercado do valor da moeda funcional. Os fluxos de caixa futuros são estimados com base em estimativas razoáveis das atividades que não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **e) Licenças ambientais:** As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento, são reconhecidas como ativos intangíveis, desde que não sejam passíveis de extinção. Quando a licença ambiental for emitida, a Companhia e suas controladas realizam o teste de redução ao valor recuperável do ativo e, se necessário, reconhecem a perda por redução ao valor recuperável. **f) Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **Acordos de pagamentos baseados em ações:** O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 26. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício (Controladora) ou capitalizados durante a fase de construção dos parques eólicos das controladas durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão efetivamente exercidas, com correção para o efeito de diluição. Os custos de aquisição de ações são reconhecidos como despesas quando as estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. As transações que resultarem em pagamentos baseados em ações cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto funcionários e executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos. **g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **h) Resultados:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida quando uma incerteza material persiste quanto ao reconhecimento de juro sobre o ativo. **i) Informações não auditadas pelos auditores independentes (**):** Informações não auditadas pelos auditores independentes (***) aguardando publicação da Portaria

5. Comercialização de energia: Valores atualizados Montante autorizado a ser vendido por ano (MWh) Preço MWh atualizado Índice de correção Mês de reajuste

Empresa do grupo	Compradora	Valor total Contrato (R\$ mil)	Montante autorizado a ser vendido por ano (MWh)	Preço MWh atualizado (R\$)	Índice de correção		Mês de reajuste
					Inicial	Final	
Pequenas centrais hidrelétricas:							
Cachoeira da Lixa	Eletrobras	172.450	71.055	121,35	189,82	mai/08	abr/28
Colino 2	Eletrobras	219.008	90.238	121,35	189,82	mai/08	jun/28
Colino 1	Eletrobras	153.243	63.141	121,35	189,82	set/08	ago/28
Centrais de energia eólica							
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	CCEE	76.233	26.298	144,94	167,28	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Candiba S.A.	CCEE	101.644	35.064	144,94	167,28	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	CCEE	203.287	70.128	144,94	167,28	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	CCEE	330.341	113.958	144,94	167,28	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Igarapé S.A.	CCEE	334.900	113.958	146,94	169,59	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	CCEE	128.808	43.830	146,94	169,59	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Lincio de Almeida S.A.	CCEE	254.109	87.660	144,94	167,28	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas N. Sr. Conceição S.A.	CCEE	309.138	105.192	146,94	169,59	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	CCEE	283.377	96.426	146,94	169,59	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	CCEE	279.520	96.426	146,94	167,28	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Ametista S.A.	CCEE	309.138	105.192	146,94	169,59	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	CCEE	51.523	17.532	146,94	169,59	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	CCEE	406.574	140.256	144,94	167,28	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	CCEE	177.876	61.362	144,94	167,28	jul/12	jun/32
Centrais Eólicas da Prata S.A.	CCEE	214.701	88.537	121,25	136,89	set/13	ago/33
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	CCEE	295.480	121.847	121,25	136,89	set/13	ago/33
Centrais Eólicas Morrão S.A.	CCEE	312.486	128.860	121,25	136,89	set/13	ago/33
Centrais Eólicas Serailma S.A.	CCEE	325.241	134.120	121,25	136,89	set/13	ago/33
Centrais Eólicas Tanque S.A.	CCEE	295.480	121.847	121,25	136,89	set/13	ago/33
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	CCEE	214.701	88.537	121,25	136,89	set/13	ago/33
Centrais Eólicas Ametista S.A.	Distribuidoras	238.148	120.863	101,53	103,56	mar/14	dez/33
Centrais Eólicas Borge S.A.	Distribuidoras	166.889	84.343	100,73	102,77	mar/14	dez/33
Centrais Eólicas Caetité S.A.	Distribuidoras	245.001	124.341	100,90	102,91	mar/14	dez/33
Centrais Eólicas Dourados S.A.	Distribuidoras	226.155	114.776	100,87	102,88	mar/14	dez/33
Centrais Eólicas Espigão S.A.	Distribuidoras	83.951	42.606	102,07	104,11	mar/14	dez/33
Centrais Eólicas Maron S.A.	Distribuidoras	236.434	119.993	101,32	103,34	mar/14	dez/33
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	Distribuidoras	202.168	102.603	101,23	103,25	mar/14	dez/33
Centrais Eólicas Pilões S.A.	Distribuidoras	224.441	113.906	100,09	102,09	mar/14	dez/33
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	Distribuidoras	152.483	77.387	99,69	101,68	mar/14	dez/33
Renova Energia S.A. (São Salvador)	Distribuidoras	158.833	89.413	88,68	90,07	jan/17	dez/36

6. Segmentos operacionais: A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que são suas unidades de negócios estratégicas. Tais unidades oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia. A diferença entre os segmentos e o consolidado refere-se às atividades administrativas desenvolvidas pela Controladora: a) PCH - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento e operação de projetos de geração de energia de fontes hidroelétricas. Este segmento inclui o desmonte/inventário de estudos de inventários e projetos básicos e Geração de energia. Este segmento já se encontra em fase de operação para comparabilidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. b) Eólico - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Este segmento inclui a PCH em desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e Geração de energia. Este segmento já se encontra em fase de operação para comparabilidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. c) Solar - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento e operação de projetos de geração de energia de fonte solar. Inclui medições, desenvolvimento de projetos solares de geração em larga escala e de geração distribuída e também na venda de mercadorias e serviços. d) Comercialização - Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas. As informações por segmento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

Receita líquida	Gastos não gerenciáveis	Margem Bruta	Custos gerenciáveis	Depreciação	Resultado financeiro	Imposto de renda e contribuição social	Lucro (prejuízo)	Ativos totais	Passivos totais	2012					
										PCH	Eólico	Solar	Comercialização	Adm.	Consolidado
38.725	76.773	141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115.639	
(862)	(4.618)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.480)	
37.863	72.155	141	(7.500)	(32.621)	(53.753)	(774)	(6.129)	404.306	1.686.642	2011	(reapresentado)	PCH	Eólicas	Adm.	Consolidado
(6.006)	(7.529)	(97)	(7.500)	(32.621)	(53.753)	(774)	(6.129)	404.306	1.686.642	2011	(reapresentado)	36.553	-	-	36.553
(5.316)	(27.633)	-	-	(174)	(6.857)	-	-	-	-	-	-	(1.155)	-	-	(1.155)
(7.011)	(28.325)	-	-	(774)	(6.857)	-	-	-	-	-	-	35.398	-	-	35.398
(2.993)	(3.536)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.397)	(1.908)	(35.792)	(43.097)
16.937	5.132	44	(7.500)	(20.630)	(6.129)	-	-	-	-	-	-	(5.674)	(988)	(195)	(6.857)
262.663	2.011.070	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.096)	830	12.434	5.168
110.234	1.261.948	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.171)	(502)	(23.553)	(2.673)
												260.653	1.101.024	252.904	1.614.581
												124.921	689.804	117.902	932.627

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012			31/12/2011		
	Consolidado	Controladora	01/01/2011	Consolidado	Controladora	01/01/2011
Caixa	47	62	5	43	58	1
Bancos conta movimento	3.437	69.638	2.093	386	281	126
Aplicações financeiras	604.638	320.146	16.471	383.577	254.120	7.124
Total	608.122	389.846	18.569	384.006	254.459	7.251

8. Contas a receber de clientes

	31/12/2012			31/12/2011		
	Consolidado	Controladora	01/01/2011	Consolidado	Controladora	01/01/2011
Eletrobras	5.519	5.152	3.918	-	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CC EE	15.633	-	-	-	-	-
Outros	157	-	-	-	-	157
	21.309	5.152	3.918	157	157	157

9. Impostos a recuperar

	31/12/2012			31/12/2011		
	Consolidado	Controladora	01/01/2011	Consolidado	Controladora	01/01/2011
IRRF a compensar	5.038	9	-	4.964	9	-
IRRF sobre aplicação financeira	1.846	1.344	1.064	1.650	1.297	1.064
COFINS a compensar	94	95	94	-	1	-
CSLL a compensar	89	44	41	21	-	-
PI S a compensar	20	20	20	-	-	-
ISS a compensar	7	-	1	-	-	-
ICMS a compensar	1	-	-	1	-	-
Saldo negativo IRPJ	-	54	-	-	-	54
Total	7.095	1.512	1.274	6.636	1.307	1.118

10. Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2012			31/12/2011		
	Consolidado	Controladora	01/01/2011	Consolidado	Controladora	01/01/2011
Adiantamentos a fornecedores	4.310	13.479	121.059	2.746	4.701	116.091

11. Cauções e depósitos vinculados

	31/12/2012			31/12/2011		
	Consolidado	Controladora	01/01/2011	Consolidado	Controladora	01/01/2011
Circulante	25.403	40	59	40	40	59
Não circulante	82.791	11.875	12.019	451	449	444
Em 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2011 os saldos apresentados no não circulante consolidado referem-se basicamente à garantia oferecida ao BNB pela Espira, no valor de R\$ 11.575 e R\$ 11.426, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2012, o detalhamento do saldo das cauções e depósitos vinculados é apresentado no quadro abaixo:						
Companhia	Caução	Instituição	Taxa	Objeto Contratual	Valor	
Salvador Eólica	Conta Garantia	Citibank	98% CDI	Financiamento BNDES	16.786	
Bahia Eólica	Conta Garantia	Citibank	98% CDI	Financiamento BNDES	8.577	
Renova	-	-	-	Objeto de imóvel	40	
Total circulante					25.403	
Companhia	Caução	Instituição	Taxa	Objeto Contratual	Valor	
LER 2009	Reserva Especial (*)	Citibank	98% CDI	Financiamento BNDES	31.055	
LER 2009	Reserva O&M (*)	Citibank	98% CDI	Financiamento BNDES	3.966	
LER 2009	Reserva SD (*)	Citibank	98% CDI	Financiamento BNDES	36.479	
Espra	Garantia	BNB	97% CDI	Financiamento BNB	10.840	
Renova	Garantia	ANEEL	-	Estudos de projetos e inventários	451	
Total não circulante					82.791	

11. Cauções e depósitos vinculados

	31/12/2012			31/12/2011		
	Consolidado	Controladora	01/01/2011	Consolidado	Controladora	01/01/2011
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	LER 03/2009	695	05/08/2010	8,0	MW	
Centrais Eólicas Candiba S.A.	LER 03/2009	691	05/08/2010	9,6		

* continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção (O&M). (c) Reserva que as controladas deverão manter durante todo o prazo de vigência do contrato com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações do contrato de financiamento.

12. Impostos diferidos (consolidado): Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota 19). Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

	Consolidado 31/12/2012	
	31/12/2012	31/12/2011
PS diferido	99	99
CFINS diferido	457	187
IRPJ diferido	187	163
CSLL diferido	163	906
Total	906	906

13. Ágio na incorporação

Ágio
 (-) Provisão do ágio no momento da incorporação
 Em 15 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou um de seus acionistas, a Hourtin Holdings S.A. ("Hourtin"). Por consequência desta incorporação a Companhia reconheceu um ágio no montante de R\$119.272. Este ágio inicialmente reconhecido na Hourtin foi em função de aquisição de participação no capital da Companhia. O fundamento econômico deste ágio foi suportado pela expectativa de rentabilidade futura da Energética Serra da Prata ("Espira") e de outras sociedades de propósito específico detentoras de projetos pela Renova. Não obstante e conforme indicado no Laudo de Avaliação preparado para evidenciar o fundamento econômico do ágio, os peritos indicaram que pelo fato de a Renova ser uma holding pura e de tal rentabilidade incorrer de seus investimentos diretos e indiretos, o mesmo deve ser atribuído à mais-valia de tais investimentos. Os ativos que foram transferidos à Companhia à época da operação suportaram o valor do ágio que teve como contrapartida, uma reserva de capital. Considerando posteriormente a incorporação reversa ocorrida no início de 2010, o ágio foi provisionado integralmente na incorporadora e para efeitos fiscais a Companhia mantém registrado na Parte B do seu Lalur o ágio oriundo dessa incorporação.

14. Investimentos: O quadro abaixo apresenta investimentos em controladas:

Empresas	Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011 (reapresentado)
PCH			
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	107.625	106.819	90.873
Renova PCH Ltda.	(19)	(5)	-
Eólica			
Nova Renova Energia S.A.	652.235	364.008	-
Centrais Eólicas Candiba S.A.	-	-	2.359
Centrais Eólicas Igarapó S.A.	-	-	5.054
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	-	-	2.545
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	-	-	4.220
Centrais Eólicas Pindai S.A.	-	-	4.087
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	-	-	1.292
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	-	-	2.566
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	-	-	3.520
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	-	-	3.470
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	-	-	3.178
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	-	-	3.349
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	-	-	1.047
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	-	-	3.630
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	-	-	2.265
Centrais Eólicas da Prata S.A.	-	3.122	-
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	-	4.338	214
Centrais Eólicas Morrao S.A.	-	3.987	-
Centrais Eólicas Serailma S.A.	-	3.987	-
Centrais Eólicas Tanque S.A.	-	3.727	-
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	-	3.487	214
Centrais Eólicas Ametista S.A.	-	945	214
Centrais Eólicas Borgo S.A.	-	483	-
Centrais Eólicas Caetité S.A.	-	947	214
Centrais Eólicas Dourados S.A.	-	688	-
Centrais Eólicas Espição S.A.	-	455	214
Centrais Eólicas Maron S.A.	-	728	-
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	-	524	-
Centrais Eólicas Pilões S.A.	-	946	214
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	-	402	-
Centrais Eólicas Botuquara Ltda.	(10)	(6)	-
Centrais Eólicas Itaparica Ltda.	(10)	(5)	-
Centrais Eólicas Santana Ltda.	208	212	214
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	-	-	-
Total	760.029	499.789	134.953

As principais informações sobre controladas estão sendo apresentadas abaixo:

Companhia	Em 31 de dezembro de 2012					
	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo)
PCH						
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	5.170.101	100%	101.955	107.625	(15.310)	16.116
Renova PCH Ltda.	100	100%	-	(19)	-	(14)
Eólica						
Nova Renova Energia S.A.	613.485.292	100%	613.485	652.235	-	4.630
Centrais Elétricas Botuquara Ltda.	100	100%	-	(10)	-	(5)
Centrais Elétricas Itaparica Ltda.	100	100%	-	(10)	-	(5)
Centrais Eólicas Arapuá Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista I Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas Riacho de Santana Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas Santana Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	219.536	100%	220	208	(4)	(4)
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	100	100%	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	(71)
Total	618.875.929		715.660	760.029	(15.310)	20.648

Companhia	Em 31 de dezembro de 2011					
	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (reapresentado)	Dividendos propostos (reapresentado)	Lucro (prejuízo) (reapresentado)
PCH						
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	5.170.101	100%	101.955	106.819	(11.921)	12.548
Renova PCH Ltda.	100	100%	-	(5)	-	(5)
Eólica						
Nova Renova Energia S.A.	344.596.140	100%	344.597	364.008	-	(1.484)
Centrais Eólicas da Prata S.A.	1.544.209	100%	1.544	3.122	-	(6)
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	2.104.817	100%	2.105	4.338	-	(1)
Centrais Eólicas Morrao S.A.	1.869.044	100%	1.869	3.987	-	(5)
Centrais Eólicas Serailma S.A.	1.883.003	100%	1.883	3.987	-	(7)
Centrais Eólicas Tanque S.A.	1.644.174	100%	1.644	3.727	-	(6)
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	1.612.958	100%	1.613	3.487	-	(3)
Centrais Eólicas Ametista S.A.	219.536	100%	220	945	-	(7)
Centrais Eólicas Borgo S.A.	100	100%	-	483	-	(3)
Centrais Eólicas Caetité S.A.	219.536	100%	220	947	-	(7)
Centrais Eólicas Dourados S.A.	100	100%	-	688	-	(3)
Centrais Eólicas Espição S.A.	219.536	100%	220	455	-	(4)
Centrais Eólicas Maron S.A.	100	100%	-	728	-	(7)
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	100	100%	-	524	-	(7)
Centrais Eólicas Pilões S.A.	219.536	100%	220	946	-	(4)
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	100	100%	-	402	-	(7)
Centrais Eólicas Botuquara Ltda.	100	100%	-	(6)	-	(6)
Centrais Eólicas Itaparica Ltda.	100	100%	-	(5)	-	(5)
Centrais Eólicas Arapuá Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista I Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas Riacho de Santana Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas Santana Ltda.	100	100%	-	-	-	-
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	219.536	100%	220	212	-	(2)
Total	361.523.526		458.310	499.789	(11.921)	10.968

A movimentação dos Investimentos, em controladas é a seguinte:

Companhia	Em 31 de dezembro de 2012 a controlada Enerbras S.A. aprovou em AGO proposta de distribuição de dividendos para a Companhia no valor de R\$15.310 provenientes de lucro auferido no período de 2012, após provisão de reserva legal. Este valor encontra-se registrado na rubrica de Dividendos a receber no grupo Ativo Circulante da Controladora com perspectiva de recebimento no curto prazo.					
	31/12/2011 (reapresentado)	Adições	Transfe-rências	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2012
PCH						
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	106.819	-	-	(15.310)	16.116	107.625
Renova PCH LTDA	(5)	-	-	-	(14)	(19)
Eólica						
Nova Renova Energia S.A.	364.008	269.839	13.758	-	4.630	652.235
Centrais Eólicas da Prata S.A.	3.122	-	(3.122)	-	-	-
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	4.338	-	(4.338)	-	-	-
Centrais Eólicas Morrao S.A.	3.987	-	(3.987)	-	-	-
Centrais Eólicas Serailma S.A.	3.987	-	(3.987)	-	-	-
Centrais Eólicas Tanque S.A.	3.727	-	(3.727)	-	-	-
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	3.487	-	(3.487)	-	-	-
Centrais Eólicas Ametista S.A.	945	-	(945)	-	-	-
Centrais Eólicas Borgo S.A.	483	-	(483)	-	-	-
Centrais Eólicas Caetité S.A.	947	-	(947)	-	-	-
Centrais Eólicas Dourados S.A.	688	-	(688)	-	-	-
Centrais Eólicas Espição S.A.	455	-	(455)	-	-	-
Centrais Eólicas Maron S.A.	728	-	(728)	-	-	-
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	524	-	(524)	-	-	-
Centrais Eólicas Pilões S.A.	946	-	(946)	-	-	-
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	402	-	(402)	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara Ltda.	(6)	-	-	(4)	(10)	(10)
Centrais Eólicas Itaparica Ltda.	(5)	-	-	(5)	(10)	(10)
Centrais Eólicas Arapuá Ltda.	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista I Ltda.	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro Ltda.	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista Ltda.	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Riacho de Santana Ltda.	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Santana Ltda.	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	212	-	-	(4)	208	208
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	71	-	(71)	-
Total	499.789	269.839	(14.937)	(15.310)	20.648	760.029

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada Enerbras S.A. aprovou em AGO proposta de distribuição de dividendos para a Companhia no valor de R\$15.310 provenientes de lucro auferido no período de 2012, após provisão de reserva legal. Este valor encontra-se registrado na rubrica de Dividendos a receber no grupo Ativo Circulante da Controladora com perspectiva de recebimento no curto prazo.

Companhia	Adto. para futuro Dividendos Equivalência					
	01/01/2011 (reapresentado)	Adições	Transfe-rências	aumento de capital	propostos	patrimonial
PCH						
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	90.873	15.319	-	-	(11.921)	12.548
Renova PCH Ltda.	-	-	-	-	(5)	(5)
Eólica						
Nova Renova Energia S.A.	321.410	42.582	1.500	-	(1.484)	364.008
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	1.292	(1.292)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Candiba S.A.	2.359	(2.359)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	2.566	(2.566)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	3.520	(3.520)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	4.220	(4.220)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Pindai S.A.	4.087	(4.087)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	3.630	(3.630)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	2.265	(2.265)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Igarapó S.A.	5.054	(5.054)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	2.545	(2.545)	-	-	-	-
Centrais Eólicas N. S. Conceição S.A.	3.470	(3.470)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	3.178	(3.178)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	3.349	(3.349)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	1.047	(1.047)	-	-	-	-
Centrais Eólicas da Prata S.A.	-	2.893	-	235	-	(1)
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	214	3.852	-	273	-	(6)
Centrais Eólicas Morrao S.A.	-	3.738	-	254	-	(5)
Centrais Eólicas Serailma S.A.	-	3.752	-	241	-	(6)
Centrais Eólicas Tanque S.A.	-	3.493	-	241	-	(7)
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	214	2.847	-	429	-	(3)
Centrais Eólicas Ametista S.A.	214	735	-	945	-	(4)
Centrais Eólicas Borgo S.A.	-	490	-	483	-	(7)
Centrais Eólicas Caetité S.A.	214	736	-	947	-	(3)
Centrais Eólicas Dourados S.A.	-	695	-	688	-	(7)
Centrais Eólicas Espição S.A.	214	245	-	455	-	(4)
Centrais Eólicas Maron S.A.	-	735	-	728	-	(7)
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. (anterior Palmares)	-	531	-	524	-	(7)
Centrais Eólicas Pilões S.A. (anterior Recôncavo)	214	736	-	946	-	(4)
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	-	409	-	402	-	(7)
Centrais Eólicas Botuquara Ltda.	-	-	-	(6)	-	(6)
Centrais Eólicas Itaparica Ltda.	-	-	-	(5)	-	(5)
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	214	-	-	(2)	212</	

* continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Aumento de capital através do plano de opções de compra de ações: A Companhia possui um plano de remuneração de longo prazo para seus colaboradores, por meio do qual são outorgadas opções de compra de ações da Companhia para colaboradores elegíveis quando do cumprimento de marcos estabelecidos pelo plano. Durante o ano de 2012, a quantidade total de opções outorgadas, exercidas e integralizadas por meio do plano de opções de compra está representada no quadro a seguir:

Data	Quantidade			Valor R\$/mil
	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	
26/01/2012	22.890	45.780	68.670	7
01/03/2012	22.000	44.000	66.000	8
30/05/2012	22.498	44.996	67.494	8
23/10/2012	5.500	11.000	16.500	2
11/11/2012	127.319	254.638	381.957	69
Total	200.207	400.414	600.621	44

BNDESPAR: Em 13 de julho de 2012, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$314.700, através da emissão de 33.717.660 ações, sendo 24.987.244 ONs e 8.730.416 PNs, ao preço de R\$9,3333 por ação. O capital social da Companhia passou de R\$702.857 para R\$1.017.557. Esses valores foram subscritos da seguinte forma: BNDESPAR

Data	Quantidade			Valor R\$/mil
	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	
02/08/2012	22.673.874	4.111.649	26.785.523	250.000
27/08/2012	242.977	477.690	720.667	6.726
05/09/2012	142.387	285.696	428.083	3.995
26/09/2012	1	1	2	3,99
Total	23.059.239	4.875.036	27.934.275	260.721

Demais acionistas minoritários

Data	Fase	Quantidade			Valor R\$/mil
		Ações ON	Ações PN	Total de Ações	
18/08/2012	subscrição	1.866.301	3.731.972	5.598.273	52,251
28/08/2012	1ª sobras	37.432	74.864	112.296	1,048
06/09/2012	2ª sobras	23.172	46.344	69.516	649
26/09/2012	leilão	1.100	2.200	3.300	31
Total		1.928.005	3.855.380	5.783.385	53,979

Em 15 de outubro de 2012, a BNDESPAR converteu 13.747.814 ONs em PNs e um acionista minoritário converteu 2 ONs em PNs. Durante o exercício de 2012, mais 37.189 ONs foram convertidas em PNs. Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia era de R\$1.017.557, distribuído conforme o quadro de acionistas abaixo:

Renova Energia	Ações ON		Ações PN		Total de Ações		% do Capital Social Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	101.123.594	64,62%	-	0,00%	101.123.594	43,98%	-	-
RR Participações	50.561.797	32,31%	-	0,00%	50.561.797	21,99%	-	-
Light	50.561.797	32,31%	-	0,00%	50.561.797	21,99%	-	-
Outros Acionistas	55.345.801	35,38%	73.445.134	100,00%	128.790.935	56,02%	-	-
RR Participações*	18.892.107	12,07%	573.416	0,78%	19.465.523	8,47%	-	-
BNDESPAR	9.311.425	5,95%	18.622.850	25,36%	27.934.275	12,15%	-	-
InfraBrasil	11.651.467	7,45%	23.302.933	31,73%	34.954.400	15,20%	-	-
Santander	2.281.404	1,46%	4.562.808	6,21%	6.844.212	2,98%	-	-
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	3,50%	10.940.586	14,90%	16.410.879	7,14%	-	-
FIP Santa Barbara	4.666.932	2,98%	9.333.860	12,71%	14.000.792	6,09%	-	-
Outros	3.072.173	1,97%	6.108.681	8,31%	9.180.854	3,99%	-	-
Total	156.469.395	100,00%	73.445.134	100,00%	229.914.529	100,00%	-	-

* Ações fora do bloco de controle
 Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas
 O valor excedente à importância destinada ao Aumento de Capital, no valor total de R\$1.099,70 (Um mil e noventa e nove reais e setenta centavos), apurado pela diferença entre o preço mínimo de emissão e o preço de venda de *Units* no Leilão, foi contabilizado em conta de Reserva de Capital.

b) Custos na emissão de ações:

Custos na emissão de ações	Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
	(36.112)	(34.241)	(13.686)

Custos na emissão de ações
 A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de abertura de capital (IPO) ocorrida em julho de 2010, no valor de R\$13.686, aumento de capital através do novo investidor Light Energia ocorrida em setembro de 2011, no valor de R\$20.555 e gastos no valor de R\$1.871 com a operação de aumento de capital através da nova investidora BNDESPAR ocorrida em setembro de 2012. **Reservas:** Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu a reserva de capital apresentada a seguir: **Reserva de Capital:** Na conta de reserva de capital a Companhia reconheceu o efeito do reconhecimento do custo dos serviços prestados em seus parques do LER 2009, LER 2010 e LEN 2011, bem como os prêmios pagos referentes ao sucesso na Oferta Pública Inicial (IPO) e também em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletem provisões de ações já outorgadas como também o registro de provisão de ações que serão outorgadas no médio e curto prazo. O detalhamento dos registros contábeis está na nota 26. **Dividendos:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei das S.A.; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas. Os acionistas terão o direito de receber com dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores.

22. Receita operacional líquida:

	Consolidado			Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
31/12/2012	MWh*	MWh*	R\$/mil	R\$/mil	
Geração/disponibilização energia	224.434	224.434	41.484	37.938	-
Suprimento de energia elétrica - PCHs	556.260	-	93.640	-	-
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	-	-	(19.626)	(1.385)	-
(-) Deduções da Receita	(211.936)	-	(15.206)	-	-
Ressarcimento CCEE/ELETRORBRAS	-	-	(3.633)	(1.138)	-
COFINS	-	-	(787)	(247)	-
PIS	-	-	(247)	-	-
Total	568.758	224.434	115.498	36.553	-
Outras receitas	-	-	160	-	160
Operações - solar	-	-	(19)	-	(19)
(-) Deduções da receita	-	-	(12)	-	(12)
COFINS	-	-	(3)	-	(3)
PIS	-	-	(3)	-	(3)
ISS	-	-	(1)	-	(1)
ICMS	-	-	(1)	-	(1)
Total	568.758	224.434	115.639	36.553	141

(*) informações não auditadas pelos auditores independentes.

23. Gastos operacionais

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Custo dos serviços	5.393	5.393	1.074
Despesas operacionais	87	87	81
Total	5.480	5.480	1.155
Pessoal, Administradores	-	8.125	8.125
Despesa reconhecida referente a pagamentos baseados em ações	-	2.025	2.025
Total	-	10.150	10.150

26. Transações com partes relacionadas

	Consolidado			Vigência		Controladora			Resultado financeiro	Resultado financeiro	Despesa operacional
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	Início	Fim	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011			
RR	2	10	-	27/05/2009	28/12/2013	-	244	-	2	10	-
Enerbras	-	-	-	02/01/2008	28/12/2013	-	10	-	1	-	-
Espra	-	-	-	10/07/2009	28/12/2013	-	-	12.562	12.087	(695)	(657)
CE Pajeú do Vento	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	72	-
Renova PCH	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	20	7	-	-	-	-
Nova Renova Energia	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	17	8	-	-	-	-
Bahia Eólica	-	-	-	17/10/2011	31/12/2012	8.579	8.046	-	502	22	-
Salvador Eólica	-	-	-	27/05/2011	31/12/2012	16.644	15.695	-	946	502	-
CE Alvorada	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	34	-
CE Planaltina	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	78	-
CE Rio Verde	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	98	-
CE Guirapá	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	88	-
CE N.S. Conceição	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	85	-
CE Guanambi	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	72	-
Renova Eólica	-	-	-	15/09/2009	31/12/2013	22	8	-	-	-	-
CE Serra do Espinhaço	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	-	163	-	5	1	-
CE Ametista	-	-	-	25/09/2009	31/12/2013	-	151	-	4	1	-
CE Borgo	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	-	144	-	4	1	-
CE Botuquara	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	10	6	-	-	-	-
CE Caetité	-	-	-	25/09/2009	31/12/2013	-	175	-	5	1	-
CE Dourados	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	-	159	-	4	1	-
CE Espigão	-	-	-	25/09/2009	31/12/2013	-	175	-	5	1	-
CE Itaparica	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	10	6	-	-	-	-
CE Maron	-	-	-	30/04/2010	30/04/2012	-	153	-	4	1	-
CE Pelourinho	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	-	144	-	4	1	-
CE Pilões	-	-	-	25/09/2009	25/09/2012	-	172	-	5	1	-
CE São Salvador	-	-	-	25/09/2009	31/12/2013	12	7	-	-	-	-
CE Tanque	-	-	-	25/10/2012	30/04/2013	17.147	-	-	164	-	-
CE Serailma	-	-	-	14/12/2012	30/04/2013	329	-	-	1	-	-
CE Morrão	-	-	-	21/12/2012	30/04/2013	6	-	-	-	-	-
CE Araças	-	-	-	14/12/2012	30/04/2013	297	-	-	-	-	-
CE da Prata	-	-	-	25/10/2012	30/04/2013	12.605	-	-	118	-	-
CE Ventos do Nordeste	-	-	-	25/10/2012	30/04/2013	14.566	-	-	142	-	-
Light Esco	-	-	7.500	-	-	-	-	-	-	-	7.500
Total	2	10	7.500	-	-	70.264	25.473	12.562	12.087	413	7.500

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, controladas ou outras partes relacionadas. Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia é que esses valores só sejam realizados no longo prazo. O montante de receita com juros sobre mútuo no resultado consolidado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$2 e em 31 de dezembro de 2011, R\$10. O valor de R\$7.500 pagos a Light Esco refere-se ao serviço de comissão de intermediação de algumas operações de comercialização. **Contas a receber e a pagar:** Contas a receber - correspondem a mútuos realizados com as coligadas e controladas conforme descrito no quadro. Esses mútuos foram realizados para suprir necessidade de caixa dessas empresas. Contas a pagar - o mútuo realizado com a coligada Espra foi realizado para suprir necessidade de caixa. Para ambos os saldos (a receber e a pagar), o valor devido está sujeito a correção pela TJLP + 0,25 a 0,5% os quais não serão capitalizados.

Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$2.602 e R\$2.015, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo. Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária paga pela Companhia no exercício acumulado.

	Controladora		
	Conselho de Administração (*)	Diretoria Estatutária	Total
2012	2	5	7
Número de membros	2	5	7
Remuneração fixa acumulada	196	1.726	1.922
Salário ou pró-labore	164	1.726	1.890
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em comitê	32	n/a	32
Remuneração variável	n/a	4.053	4.053
Bônus	n/a	680	680
Pagamento baseado em ações	n/a	3.373	3.373
Benefícios pós emprego	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração por órgão	196	5.779	5.975

Remuneração média mensal do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

	Controladora	
	Conselho de Administração (*)	Diretoria Estatutária
2012	2	5
Número de membros	2	5
Valor da maior remuneração individual	10	40
Valor da menor remuneração individual	4	25
Valor médio de remuneração individual	7	33

*continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Efeitos da contabilização do plano de opção de compra de ações na Controladora e controladas:

	R\$/mil	
	31/12/2012	31/12/2011
Na controladora:		
Resultado do exercício	2.025	14.633
Patrimônio líquido	2.025	14.633
Nas controladas:		
Imobilizado	536	35.080
Patrimônio líquido	536	35.080
Consolidado		
Imobilizado	35.616	35.080
Resultado do exercício	2.025	14.633
Patrimônio líquido	52.274	49.713

27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas. **a. Valor justo dos instrumentos financeiros:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares às que seriam obtidas se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, caucões e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado		Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	608.122	389.846	608.122	389.846		
Contas a receber de clientes	21.309	5.152	21.309	5.152		
Adiantamentos a fornecedores	4.310	13.479	4.310	13.479		
Caucões e depósitos vinculados	25.403	40	25.403	40		
Não circulante						
Caucões e depósitos vinculados	82.791	11.875	82.791	11.875		
Partes relacionadas	-	244	-	244		
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores	159.391	19.566	159.391	19.566		
Empréstimos e financiamentos	198.201	155.345	198.201	155.345		
Não circulante						
Debêntures	307.257	-	305.195	-		
Empréstimos e financiamentos	1.010.202	759.460	1.000.126	753.870		

	Controladora		Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	384.006	254.459	384.006	254.459		
Contas a receber de clientes	157	-	157	-		
Adiantamentos a fornecedores	2.746	4.701	2.746	4.701		
Caucões e depósitos vinculados	40	40	40	40		
Não circulante						
Caucões e depósitos vinculados	451	449	451	449		
Partes relacionadas	70.264	25.473	70.264	25.473		
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores	5.615	2.059	5.615	2.059		
Empréstimos e financiamentos	-	151.031	-	150.440		
Não circulante						
Debêntures	307.257	-	305.195	-		
Partes relacionadas	12.562	12.087	12.562	12.087		

b. Partes de instrumentos financeiros: Abaixo demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	31/12/2011				31/12/2012			
	Valor justo		Outros		Valor justo		Outros	
	Empréstimos e recebíveis	através do resultado	Mantidos até o vencimento	ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	através do resultado	Mantidos até o vencimento	ao custo amortizado
Ativos financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	-	608.122	-	-	-	389.846	-	-
Contas a receber de clientes	21.309	-	-	-	5.152	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	4.310	-	-	-	13.479	-	-	-
Caucões e depósitos vinculados	-	-	25.403	-	-	-	40	-
Não circulante								
Caucões e depósitos vinculados	-	-	82.791	-	-	11.875	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	244	-	-	-
Passivos Financeiros								
Circulante								
Fornecedores	-	-	-	159.391	-	-	-	19.566
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	198.201	-	-	-	155.345
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.000.126	-	-	-	753.870
Debêntures	-	-	-	305.195	-	-	-	305.195

	31/12/2011				31/12/2012			
	Valor justo		Outros		Valor justo		Outros	
	Empréstimos e recebíveis	através do resultado	Mantidos até o vencimento	ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	através do resultado	Mantidos até o vencimento	ao custo amortizado
Ativos financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	-	384.006	-	-	-	254.459	-	-
Contas a receber de clientes	157	-	-	-	157	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	2.746	-	-	-	4.701	-	-	-
Caucões e depósitos vinculados	-	-	40	-	40	-	-	-
Não circulante								
Caucões e depósitos vinculados	-	-	451	-	-	449	-	-
Partes relacionadas	70.264	-	-	-	25.473	-	-	-
Passivos Financeiros								
Circulante								
Fornecedores	-	-	-	5.615	-	-	-	2.059
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	150.440
Não circulante								
Debêntures	-	-	-	305.195	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	12.562	-	-	-	12.087

c. Risco de Mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas Controladas apresentados na nota 17, possuem contrapartes o BNB, BNDES e Debenturistas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas possuem um risco de mercado associado ao CDI, TJLP e Taxa pré-fixada. Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos o IGP-M, CDI e IPCA, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura, a exemplo de programas como o PAC. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores importantes na captação com baixo risco. **d. Análise de sensibilidade (Consolidado):** A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros com se requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08: • Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I); • Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e • Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável			Cenário II - deterioração de 25%			Cenário III - deterioração de 50%		
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2012										
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	6,90%	6,90%	6,90%	6,90%	6,90%	6,90%	6,90%	6,90%	6,90%
Taxa anual estimada do CDI para 2013										
Efeito anual nas aplicações financeiras:										
Redução		-	(8.991)	-	(20.134)	-	-	-	-	-
Aumento		2.152	-	-	-	-	-	-	-	-
Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%						
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2012										
Empréstimos:										
DEBÊNTURES - RENOVA	Alta do CDI	307.257	307.257	307.257	307.257	307.257	307.257	307.257	307.257	307.257
Taxa anual estimada do CDI para 2013										
Efeito anual nos empréstimos:										
Aumento		1.328	8.203	15.078	-	-	-	-	-	-
Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%						
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2012										
Empréstimos:										
BNDES - LP_ LER 2009	Alta da TJLP	949.525	949.525	949.525	949.525	949.525	949.525	949.525	949.525	949.525
BNDES - CP_ LER 2010 e LEN 2011	Alta da TJLP	150.270	150.270	150.270	150.270	150.270	150.270	150.270	150.270	150.270
Taxa anual estimada da TJLP para 2013										
Efeito anual nos empréstimos:										

Diretoria

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto - Diretor Presidente
Pedro V. B. Pileggi - Diretor de Relações com Investidores e Novos Negócios
Pedro V. B. Pileggi - Diretor Financeiro, de Controladoria, de Planejamento e de Administração*

Reinaldo Silveira - Contador CRC 014311-0/0-S-5P

Luiz Eduardo Bittencourt Freitas - Diretor Jurídico e Regulatório
Alexandre Nogueira Machado - Diretor de Engenharia e Construção e Diretor de Operações
Ney Maron de Freitas - Diretor de Meio Ambiente

*interinamente.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Renova Energia S.A. São Paulo - SP
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renova Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
 A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
 Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Ênfases
 Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicáveis as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.
 Conforme descrito na nota explicativa nº 2.7, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu valor estimado de vida útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos
Auditoria das informações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011
 As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas, conforme descrito na nota explicativa nº 2.6 e foram auditadas por outros auditores independentes, os quais emitiram relatório datado de 15 de março de 2013, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase similar ao descrito no item acima referente nota explicativa nº 2.
Informação suplementar - Demonstrações de valor adicionado
 Examinamos, também, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparados sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 18 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes
 CRC - nº 25P 011.609/O-8-"F" BA
José Luiz Santos Vaz Sampaio
 Contador
 CRC-BA nº 015.640/O-3 "S" SP


Declaração da Administração

"Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes."

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto - Diretor Presidente
Pedro V. B. Pileggi - Diretor de Relações com Investidores e Novos Negócios
Pedro V. B. Pileggi - Diretor Financeiro, de Controladoria, de Planejamento e de Administração*

Reinaldo Silveira - Contador CRC 014311-0/0-S-5P

Luiz Eduardo Bittencourt Freitas - Diretor Jurídico e Regulatório
Alexandre Nogueira Machado - Diretor de Engenharia e Construção e Diretor de Operações
Ney Maron de Freitas - Diretor de Meio Ambiente

*interinamente.